

# A ideia de desenvolvimento econômico segundo a ideologia do Estado nacional brasileiro

A contribuição teórica de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso

Ben-Hur Rava

## Sumário

1. Introdução. 2. O projeto de desenvolvimento nacional e o papel do Estado. 3. Planejamento ou decisão centralizada: a via de ação do Estado. 4. Considerações finais.

*“O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país” (Celso Furtado).*

*“... o desenvolvimento é em si mesmo um processo social; mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes” (Fernando Henrique Cardoso).*

## 1. Introdução

Diante das rápidas transformações econômicas presentes no mundo contemporâneo, graças às inovações tecnológicas, ao intercâmbio e fácil acesso aos mercados, à fluidez na circulação dos capitais financeiros, enfim, àquele conjunto de elementos conhecidos que constitui o cerne do que se convencionou chamar de globalização econômica, a pergunta ingênua, mas não menos irônica, é: há algum sentido, ainda, em se falar em desenvolvimento econômico?

Como proclamado pelos teóricos de matiz neoclássico e reverberado por seus seguidores de roupagem neoliberal, a globalização não teria sido a solução para todos os problemas econômicos que têm afligido a nossa sociedade? Não teria ela acabado com as mazelas da nefasta realidade

Ben-Hur Rava é Professor da Faculdade de Direito da UFRGS. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Doutorado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

de econômica, aplacando as fortes desigualdades no nível de desenvolvimento entre as nações, minimizando os efeitos da pobreza, da segregação e da desigualdade?

Por acaso a solução dada pelo “mercado” – que é o *locus* preferencial do fenômeno econômico global – não oportunizou a redenção dos ideais liberais e a consagração de uma nova *pedra filosofal* capaz de conduzir os homens da escuridão ao mundo da luz? Não deveria ser ele muito mais eficiente do que o combalido e velho Estado frequentemente acusado com adjetivos carregados de funções ideológicas e predispostos a retirar-lhe toda e qualquer legitimidade política?

Ao que tudo indica, da simples observação da realidade que nos circunda, os efeitos da globalização foram mais propagandeados do que, verdadeiramente, efetivados. O mercado não foi capaz de produzir todos os bens dos quais os homens necessitam – ou ao menos, entregar-lhes de modo condizente com a justiça social e a equidade que deve animar uma sociedade livre, que, senão igualitária, ao menos solidária.

Por essas razões, e muitas outras, ainda tem sentido falarmos de desenvolvimento econômico nos dias de hoje. Principalmente no Brasil, que insiste em perfilar-se nas estatísticas como um dos países mais injustos, mais desiguais e mais divididos que há, muito embora sempre esteja a se anunciar como uma grande promessa para os seus cidadãos, ainda que distante de, verdadeiramente, cumpri-la.

Falar em desenvolvimento econômico, tese tão em voga durante todo o século XX, principalmente a partir da sua segunda metade, ajuda-nos a refletir sobre alguns entraves nas sociedades periféricas que, ainda que tenham conseguido modernizar-se econômica e politicamente e, em alguns casos, apresentar taxas de crescimento, não conseguiram romper a barreira e ultrapassar todas as *etapas* do pleno desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, uma gama de autores econômicos e políticos<sup>1</sup> têm apresentado ideias e visões acerca do processo de desenvolvimento e quais são as opções dos países periféricos para chegarem, senão mais rápido, ao menos de forma consistente no patamar alcançado pelos países centrais, que, além da consistência econômica, obtiveram maturidade político-democrática (tanto na consolidação cultural quanto institucional). Muitos desses teóricos procuraram apreender o fenômeno geral do desenvolvimento – qual um quadro de pintura – a partir de um contexto geral, em que a análise da inteira paisagem refletia a própria realidade dos (seus) países centrais, os quais foram tributários do processo de desenvolvimento econômico lastreado na sua própria condição histórica de protagonistas e não de meros coadjuvantes.

No entanto, autores há que preferiram inverter a lógica do olhar e, sem esquecer o conjunto do quadro que se mostrava à sua frente, com toda a amplitude da paisagem e das luzes (os claro-escuros) do ambiente, preferiram debruçar-se sobre determinadas cenas cristalizadas no conjunto da pintura. Buscaram compreender o fenômeno do desenvolvimento atendendo a certas particularidades de tons e texturas que os tornou capazes de empreender novas interpretações de signos e significados.

Desses autores, dois parecem ter procurado entender o fenômeno do desenvolvimento, sob um contexto particularizado, isto é, a América Latina e o próprio Brasil, ainda que em épocas distintas, mas com grande acuidade intelectual e perspicácia inventiva. São eles Celso Furtado (1920 – 2004) e Fernando Cardoso (1931).

O primeiro tem o compromisso com a geração de 1930, que, em certo sentido,

---

<sup>1</sup> Não pretendendo esgotar o rol de autores representativos que se dedicaram a estudar o fenômeno do “desenvolvimento”, podemos citar: Hamilton, List, Keynes, Hirschman, Schumpeter, Nurske, Prebisch, Rosenstein-Rodan, Rostow, Myrdal, Lewis, Sen, Przeworski, Schmitter, O’Donnel, entre outros.

apresentou-se diante de um novo país; um país que buscava mudar os paradigmas forjados na segunda metade do Império e continuados, em certo sentido, até as primeiras décadas do século XX, já no período republicano. Essa geração de jovens foi influenciada pelas mudanças vindas com a Revolução de 30 e a conseqüente tentativa de ruptura com as bases arcaicas do Brasil. Tratava-se de jovens que começaram a sua formação pessoal e intelectual quase que, de modo concomitante, com as propostas de formação de um novo país.

Nesse sentido, uma geração de pensadores<sup>2</sup> e suas respectivas obras, como Oliveira Viana (1883-1951, *Populações Meridionais do Brasil*, 1920); Gilberto Freyre (1900-1987, *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, 1933 e *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, 1936); Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982, *Raízes do Brasil* – 1936); Caio Prado Jr. (1907-1990, *Evolução Política do Brasil e outros estudos: ensaio de interpretação materialista da História do Brasil – 1933 e História Econômica do Brasil*, 1945); Antônio Cândido (1918-2005, *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos*, 1957) serão

---

<sup>2</sup> Este grupo de autores pode ser classificado como a “segunda geração” de pensadores sociais brasileiros (no período republicano) que, à exceção, talvez, de Gilberto Freyre e Oliveira Viana, sofrendo as influências diretas da Semana de Arte Moderna, procura fazer uma “leitura” da realidade nacional usando novos valores, novas categorias e, inclusive, um novo *approach* metodológico. Na “primeira geração”, estão clássicos do pensamento brasileiro, como Joaquim Nabuco (1849-1910, *O Abolicionismo*, 1884, *Um Estadista do Império*, 1886 e *Minha Formação*, 1900); Silvio Romero (1851-1914, *Ensaio de Filosofia do Direito*, 1901 e *Evolução da Literatura Brasileira*, 1905); Alberto Torres (1865-1917, *O Problema Nacional Brasileiro*, 1914 e *A Organização Nacional*, 1915) e Euclides da Cunha (1866-1909, *Os Sertões*, 1902), que, ainda sob o espírito do Império, se defrontam com a realidade da República, inovando em certa medida, mas não rompendo com o velho pensamento acadêmico e bacharelesco que confortava as elites sobre o sentido da nacionalidade pátria. A ressalva feita acima a Oliveira Viana e a Gilberto Freyre se justifica por identificar-se, no seu pensamento, um viés de cariz conservador.

de grande relevância na formação da base intelectual de Celso Furtado. Depois, estará ele, aberto às influências de pensadores estrangeiros os quais auxiliam na consolidação de seus estudos e, principalmente, na sua obra.

O próprio Celso Furtado integrará a “terceira geração” dos intérpretes do Brasil, ao lado de Florestan Fernandes (1920-1995, *Mudanças Sociais no Brasil*, 1960; *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, 1968 e *A Revolução Burguesa no Brasil*, 1975) e Raymundo Faoro (1925-2003, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 1958).

Fernando Henrique Cardoso, pela importância teórica referencial de sua obra e pelo momento decisivo em que a escreve, vai ter, na década de 1960 e 1970, um diálogo com a obra de Celso Furtado, o que nos possibilita classificá-lo como integrante dessa mesma geração; seja para inovar com valiosa contribuição à teoria do desenvolvimento econômico, seja para proceder reparos críticos às próprias teses vigentes, entre as quais as de Celso Furtado. Note-se que a sua contribuição neste campo está associada com o fornecimento de uma interpretação, processo de desenvolvimento, tentando fugir do mero aspecto economicista e de suas variáveis. Fernando Henrique Cardoso vai centrar-se na dinâmica política que se opera entre as classes e os grupos sociais, alinhando a isso as opções ideológicas inerentes. (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 8)

A opção, no presente trabalho, é dialogar com a obra desses dois pensadores sociais na medida em que os seus conceitos econômicos, em grande parte, estão associados à ideia de interpretar o Brasil a partir do desenvolvimento (dependente) e da formação nacional modernizadora, que se impregna de forte conteúdo ético-valorativo encontrável no campo da política. A crença de que os problemas de nossa formação econômica e seus condicionantes não está contida somente numa visão economicista utilitária, mas, sobretudo, na es-

fera política, como discurso e uma *praxis*.<sup>3</sup> A preocupação desses dois autores, ainda que por caminhos nem tão distintos, em suas trajetórias intelectuais, vão desaguar numa base comum: a necessidade da articulação política das decisões e o valor da democracia e do protagonismo social, infelizmente tão relegados na nossa realidade.

## 2. O projeto de desenvolvimento nacional e o papel do Estado

O desenvolvimento além de uma etapa no processo econômico pode, do ponto de vista político, ser considerado uma ideologia. Depois da Segunda Guerra Mundial, teve início uma nova hegemonia, ditada pelos Estados Unidos, na qual houve um novo ciclo de expansão do capitalismo, visando exercer influência (política e econômica) direta nas regiões pobres do mundo. A formulação dessa estratégia expansionista precisava cooptar os países subdesenvolvidos, fazendo-os adotar como sua essa política; isso significava convencê-los a aderirem à lógica do capital hegemônico.

O binômio desenvolvimento/modernização, enquanto ideologia e proposta de ação, foi pensado numa perspectiva histórico-evolutiva para tentar comprovar a tese do atraso de alguns países, chamados de subdesenvolvidos. Desenvolvimento/modernização era, portanto, o pressuposto para romper com o passado arcaico e ingressar na dinâmica que os retiraria da situação de atraso, pelas “vias de desenvolvimento” até emancipá-los completamente.

A via que se apresentava mais viável para essa estratégia “civilizadora” seria o Estado nacional com a implementação de

<sup>3</sup> Para Juarez Guimarães (apud TAVARES, 2000, p. 22), “... a reflexão de Furtado desembocava na política, no processo de formação das vontades coletivas e dos choques de interesses, na tensão permanente entre tradição e mudança, entre autonomia nacional e heteronomia de destinos. Mas aí - na dimensão política - ele não desenvolveu propriamente um campo categorial e um alfabeto expressivo que permitisse potenciar as forças interessadas na mudança”.

políticas públicas capazes de articular uma ideologia nacional-desenvolvimentista.

No Brasil, a instauração de uma nova ordem política com a Revolução de 1930 abriu de vez a fenda que se anunciava entre os republicanos históricos, forjados nas últimas quadras do século XIX, vinculados, *tout court*, ao latifúndio monopolista do café, e aqueles da nova geração de inspiração burguesa, ligados aos setores urbanos, à classe média, à jovem oficialidade e à intelectualidade brasileira.

Se até 1930 a mentalidade das nossas elites políticas ainda estava imbuída de costumes arcaicos, hauridos no velho Império, o grupo que chega ao poder, liderado por Vargas, ainda que não se lhe negue a pertinência à mesma elite, trouxe o germe do ideário renovador, liberal e nacionalista. Era patente a intenção de desenvolver um projeto de Brasil, o que se deu com o chamado Estado Novo, a partir de 1937. Não é à toa que as duas expressões têm forte significado na nova ordem: Estado e renovação.

Essa ruptura foi, em certo sentido, decisiva para a moldagem da nova mentalidade político-econômica, que apostou em duas frentes que podem ser analisadas em separado, mas que, se analisadas em conjunto, dão o quadro integral do projeto. Por um lado, a engenharia política de reforma do Estado, visando à criação de um Estado Nacional, como ainda não tinha sido efetivado desde a proclamação da República e, por outro, a transposição de um modelo econômico agrário-exportador para outro, de base industrial. A conjugação desses dois fatores integra o modelo de desenvolvimento que o Brasil passou a experimentar a partir do fim da década de 1930. Na verdade, podemos dividir em etapas decisivas esse modelo desenvolvimentista: a sua gênese, posta em prática nos anos 30, durante a ditadura do Estado Novo, e a dinâmica estrutural, após a redemocratização, no segundo governo Vargas com a expansão no governo JK (CORSI apud SZMRECSÁYI; SUZIGAN,

2002, p. 3). Uma fase posterior se deu no auge do regime militar autoritário pós-64, que beneficiado pelas condições favoráveis do “milagre brasileiro”, articulou uma tentativa de desenvolvimento dirigido.

Pedro Fonseca, historiando o segundo governo Vargas, parte da premissa de que há entre os autores duas visões, distintas, sobre o nosso desenvolvimento nesse período. Um grupo que afirma ter existido um projeto nacional desenvolvimentista e outro grupo que nega tal fato. A primeira corrente funda-se na “... polaridade entre capitalismo nacional e capitalismo associado...”, enquanto a segunda corrente justifica sua postura, afirmando que houve somente uma “... criação ideológica (no sentido de uma ideologia de legitimação do grupo do poder) do Governo, dos intelectuais ou de ambos conjuntamente”. (FONSECA, 2002, p. 17-18)

Com relação à primeira corrente, Pedro Fonseca (Idem) apresenta uma derivação crítica, da década de 1960, que, muito embora “sem negar a existência do ‘nacional desenvolvimentismo’ enquanto projeto, ou mesmo como ideologia”, reforça as contradições e críticas do modelo.

É com relação à primeira corrente, na qual estão algumas bases do pensamento de Celso Furtado, e à corrente crítica, surgida depois, principalmente, na pena de Fernando Henrique Cardoso, que se justifica saber em que medida esses dois pensadores sociais se aproximam em ideias políticas a respeito das causas, das escolhas e aparentes consequências da presença do Estado no modelo brasileiro de desenvolvimento econômico.

Acreditamos que a base, pois, desse projeto político-econômico está fortemente calcada na presença do Estado (e seu componente ideológico e de arregimentação de classe em torno de si)<sup>4</sup> como protagonista

<sup>4</sup> Vargas, embora as divisões nos apoios políticos fossem mais nominais do que efetivas, conseguia se sustentar graças aos acenos que fazia à maioria da burguesia industrial, à parcela dos setores agrários

indispensável na forma de alavancar o processo de desenvolvimento, utilizando o planejamento como ideia motriz aglutinadora de interesses e como técnica burocrática de intervenção. O planejamento serviu como um dos mecanismos úteis, ainda que não exclusivo desse objetivo, foi valendo-se da intervenção econômica do Estado, chegou-se aos termos de viabilizar uma indústria de base, acelerar a infra-estrutura e, sobremaneira, gerar crescimento econômico a partir de um mercado consumidor interno. Contudo, isso não significava perder de vista a dimensão incondicional que a política externa desempenhava nesse cenário.<sup>5</sup>

Tal ideologia estava atrelada, assim entendemos, aos aspectos fundamentais de nosso desenvolvimento político. Porém, a busca de respostas em Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso é: em que medida as estruturas da política podem influir nos resultados da economia. Nesse particular, tomamos como base conceitual de ideologia aquela formulação de fundo estruturalista proposta por Fernando Henrique Cardoso (1971, p. 45): “(...) estruturas ideológicas como sendo sistemas de representação por meio dos quais os homens expressam um modo particular pelo qual eles sentem que participam de determinadas condições de existência social e em função dos quais

e comerciais e, gradualmente, aos trabalhadores, de acordo com a política corporativa implementada. Pedro Fonseca (2002, p. 17) deixa isso claro quando afirma: “... o projeto varguista consistia em encampar um *desenvolvimento nacional autônomo* para o País, expresso na industrialização e sob a liderança da burguesia industrial, em aliança com os trabalhadores e setores da classe média urbana (como a burocracia estatal).”

<sup>5</sup> Para esses objetivos serem alcançados era preciso um forte poder de financiamento por meio de capitais nacionais próprios e estrangeiros, capazes de articular produção, circulação e consumo. Com relação ao primeiro elemento, a introdução de maquinário e insumos aliados à capacidade tecnológica era decisiva. Os dois últimos revelam que o alargamento do mercado interno teria de estar comprometido com a política de fortalecimento de poupança interna conjugada à forte política distributivista, identificada com os fins do *welfare state* que, em certa medida, serviria como reforço à opção desenvolvimentista.

atuam efetivamente diante dessas mesmas condições”.

Daí que as relações entre poder político e situação econômica e entre valores e determinações históricas estão presentes na obra de Celso Furtado (1968) como “consciência histórica” e na de Fernando Henrique Cardoso como “estruturas ideológicas”.<sup>6</sup>

A ideologia do Estado, ainda que extremamente importante, senão decisiva, na condução de todo o projeto nacional de desenvolvimento, não está descolada da ideologia de classe que foi forjada no conjunto da sociedade. Ao analisarmos a realidade empresarial na década de 50 principalmente, em que já existe uma madura consciência empresarial voltada para a necessidade da industrialização como meio para alcançar o desenvolvimento econômico, verificamos que há uma adesão ao planejamento como estratégia, sem contudo abrir-se mão dos princípios que deveriam nortear a livre iniciativa e seu papel. Nesse aspecto, as pressões dos grupos empresariais por meio de suas entidades de classe, como FIESP e CNI, foram muito fortes além, obviamente, das pressões exercidas junto às suas representações partidárias.<sup>7</sup>

A classe empresarial (burguesia capitalista urbana e rural) e as camadas médias urbanas desempenharam papel destacado no processo de desenvolvimento por meio da acumulação privada.<sup>8</sup> Por outro lado, as classes trabalhadoras, via sindicatos, utilizando o seu poder de pressão para as

<sup>6</sup> Fernando Henrique Cardoso (1971, p. 43) propõe questão nos seguintes termos: “De que modo seria possível manter, de algum modo, a legitimidade do problema das relações entre os valores e a história, entre a pura subjetividade e a estrutura objetivada sem dissolver um dos termos no outro? Como, enfim, recolocar o problema das diferentes ordens institucionais – a economia, a política, a ordem social, a ideologia – e, ao mesmo tempo, apreendê-los ao nível dos comportamentos manifestos, como faz a Ciência Política contemporânea?”.

<sup>7</sup> Cf. COLISTETE, 2002, p. 137.

<sup>8</sup> Fernando Henrique Cardoso (1971, p. 49) chama a isso de formação da imagem da *burguesia industrial nacional*.

demandas sociais, aspiravam integrar-se a um mercado de consumo interno e emancipar-se não só política, mas econômica e socialmente.<sup>9</sup>

Resumindo, poder-se-ia dizer que o Estado (as estruturas estatais por meio de suas instituições) operou num duplo sentido: como agente indutor do desenvolvimento econômico por intermédio de políticas capazes de descentralizar a renda nacional irrigando tanto setores produtivos (política fiscal, incentivos, financiamentos e investimentos) como aqueles setores improdutivos, via incentivos ou redistribuição, e como promotor de direitos a serem acessados por parcela da sociedade, efetivando a justiça social ausente. Nesse último caso, isso se deu pelas reformas ocorridas concomitantemente ao projeto desenvolvimentista. (NABUCO apud TAVARES, 2000, p. 62)

Esse projeto identificou-se com um misto de teorias econômicas muito em voga na época e que, em certa dose, alia as propostas keynesianas vigentes a partir da década de 1930 às ideias cepalinas<sup>10</sup> consagradas nos anos 50.

<sup>9</sup> Celso Furtado (1964, p. 64) afirma: “O desenvolvimento nas sociedades capitalistas, isto é, ali onde prevalece a propriedade privada dos bens de produção, assenta, por conseguinte, em duas forças mestras: o impulso à acumulação – pelo qual a minoria dirigente procura limitar o consumo da coletividade e, ao mesmo tempo, aumentar o seu poder sobre essa coletividade, apropriando-se de parcela substancial do incremento do produto – e o impulso à melhoria das condições de vida que atua entre as grandes massas, tanto no sentido da plena incorporação de suas atividades à economia monetária, como no de elevação e diversificação do seu padrão de consumo”.

<sup>10</sup> A síntese das ideias cepalinas encontramos em Fernando Henrique Cardoso (1980, p. 7-9): “nos fins da década de quarenta, o ponto de partida latino-americano na análise dos principais problemas econômicos da região foi a teoria do comércio internacional. Percebia-se o agravamento dos problemas da região pelo reinício de um processo de endividamento externo, depois do período de acumulação de divisão por causa da guerra, e pelo gargalo que se formava graças aos chamados ‘produtos gravosos’, isto é, pela dificuldade de manter competitivos internacionalmente os preços de alguns produtos que, na fase anterior,

Renato Perin Colistete (2002, p. 135) reforça esse argumento quando diz:

“o Estado assumiria uma responsabilidade estratégica com a programação das atividades e metas que permitiriam superar o estatuto periférico. Para tanto, o enfoque cepalino do planejamento foi essencialmente global, em dois sentidos básicos. Primeiro, compreenderia tanto a coordenação das atividades do Estado como das empresas privadas, de uma forma que a ação estatal não interferisse diretamente na esfera destas últimas, circunscrevendo-se apenas à sua orientação e estímulo. Segundo, o planejamento teria de abranger um complexo elenco de fatores relacionados ao desenvolvimento: ‘investimentos, emprego, poupança interna, consumo, inversão estrangeira, demanda, produtos, renda, importações, etc’”.

Um outro aspecto decorrente da gramática política vigente era a visão que se tinha do nacionalismo, como discurso que permeava o nosso desenvolvimento econômico. A ideologia nacionalista vigente a partir do Estado Novo possibilitou a construção de um imaginário de fundação do Estado brasileiro, na incipiente experiência republicana. Poderíamos dizer, parafraseando Samuel Huntington (1991), que a percepção ideológica a respeito do nosso nacionalismo veio (e continua a vir) em ondas cíclicas. Afora as raras e esparsas ondas nacionalistas no período

---

havam encontrado saída no mercado externo. (...) Foi nesse contexto que se formou a luta pela industrialização na América Latina e pela reorganização do comércio mundial. A CEPAL foi o grande fórum deste debate. (...) Os textos cepalinos propunham, com variáveis graus de empenho, o apelo ao capital estrangeiro – de preferência sob a forma de empréstimos intergovernamentais – para promover a rápida industrialização; propunham também uma política fiscal adequada, alterações substanciais no regime de propriedade da terra e, sobretudo, propugnavam pela ação coordenadora do Estado para conduzir o desenvolvimento nacional. Nisso consistiria, grosso modo, o *desenvolvimento*”.

colonial (lutas emancipatórias), o processo de independência nos legou um primeiro espasmo. O Estado Novo irá desencadear um movimento de nacionalismo impulsionado pela estrutura estatal; buscou criar um imaginário de independência econômica e libertação das amarras do atraso, diante da realidade competitiva internacional. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento, via industrialização, ocorrido no segundo governo Vargas e durante o governo JK, encarregou-se de consolidar a tal ideia. O debate em torno do nacionalismo, portanto, pode ser visto em dois planos: ideológico e pragmático.

Sob a perspectiva ideológica, a formulação de um conjunto de ideias e busca de coesão social acerca do desenvolvimento precisava traduzir certa visão hegemônica do Estado capaz de mediar os conflitos surgidos entre os interesses de classe. Pode-se dizer que era um projeto ideológico de moldagem de instituições rumo ao desenvolvimento, mas não só instituições econômicas, particularizadas, e, sim, o conjunto do próprio aparato estatal. Celso Furtado (1964, p. 69) explica:

“Como o desenvolvimento moderno se realizou no marco do Estado-Nação, através da formação e defesa dos mercados nacionais, os interesses do desenvolvimento encontraram sua expressão política máxima no nacionalismo, única ideologia capaz de integrar em sua plenitude interesses antagônicos de classe”.

Nesse particular, Fernando Henrique Cardoso (2004, p. 124-125) é concorde, apresentando a ideia de que o nacionalismo ou, como chamado por ele, “populismo desenvolvimentista” foi agregador, posto que, de um lado, incorporou as massas ao sistema de produção e ao sistema político e, de outro, permitiu o consenso entre as classes antagônicas e de seus interesses contraditórios. A sua exposição é nesses termos:

“A necessidade de uma ideologia como a do ‘populismo desenvolvi-

mentista', em que coexistem, articulando-se, metas contraditórias, indica o objetivo de lograr um grau razoável de consenso e de legitimar o novo sistema de poder que se apresenta à nação apoiado em um programa de industrialização que propõe benefícios para todos".

Para Celso Furtado (apud OLIVEIRA apud ARBIX; ZILBOVICIUS; ABRAMO-VAY, 2001, p. 36), o aspecto nacionalista do projeto não se invalida, antes se reforça:

"Valorizar o nacional não é populismo, nem xenofobismo. Pois o espaço nacional é ainda a forma onde se pode construir um processo democrático, colocando a possibilidade concreta da intervenção do povo e das classes sociais dominadas ao alcance de suas possibilidades civis e políticas".

Importa referir, a título de notícia, que o nacional-desenvolvimentismo no regime militar-autoritário pós-64 incorporou ao seu discurso o elemento ideológico da segurança (arquitetada como "doutrina de segurança nacional", dentro dos moldes do combate aos inimigos do Estado e das suas "razões". Além disso, o crescimento econômico e as políticas de combate à miséria, como formas não de promoção social, mas de contenção de conflitos sociais, passaram a dispor do desenvolvimentismo como centro econômico concebido na crença da possibilidade de crescimento ilimitado, sem base política e sim técnica.<sup>11</sup> Segurança e tecnoburocracia passaram a dar o tom do desenvolvimento econômico daquele período.

Na perspectiva pragmática, a visão nacionalista deve ser compreendida como

<sup>11</sup> "Se é certo que a industrialização brasileira foi alcançada graças às políticas desenvolvimentistas, não é menos certo que a intervenção autocrática do Estado gerou também ilusões modernizadoras. A convivência com os oligopólios e uma estrutura agrária intocada produziu também crescente desigualdade de renda, polarizações no mercado de trabalho, além de aprofundar a distribuição desigual da propriedade, que impedia a plena expansão do mercado interno". (ARBIX; ZILBOVICIUS, 2001, p. 66).

"ação coordenada" dos sucessivos governos brasileiros em avançar no projeto desenvolvimentista, adequando a sua prática política aos níveis de relações e contradições internas (com classes, grupos e interesses) e de relações externas (com blocos, países e o próprio capital internacional). No nível interno, sempre foi tensa a relação entre aqueles que defendiam uma opção de "industrialização liberal", orientada e conduzida por setores empresariais privados e sua relação com o sistema agroexportador, nos moldes do discurso da UDN e setores mais liberais do PSD, e os que defendiam uma visão de "industrialização nacional-populista", garantida pela aliança política entre burguesia (urbana e rural), setores médios e populares e as estruturas do Estado, atrelados aos setores mais nacionalistas do PSD e à totalidade do PTB.<sup>12</sup> Grosso modo, para os estreitos limites deste trabalho, essa postura está identificada com as teses cepalinas muito em voga nos anos 50.

Do ponto de vista externo, admitindo-se a inviabilidade de um projeto de desenvolvimento autônomo, as políticas orientadas pelo Estado produziram uma inserção tipicamente dependente (capitalismo dependente) no processo da expansão do capitalismo do pós-guerra. A tendência à internacionalização da economia, com a crescente divisão da sociedade em classes antagônicas, explicitando os limites do geral e do particular, acentua a dicotomia entre Centro e Periferia.

Fernando Henrique (1980, p. 11) explica:

"A novidade das análises da dependência não consistiu, portanto, em sublinhar a dependência *externa* da economia que já fora demonstrada

<sup>12</sup> Os comunistas, não por serem minoritários em expressão, mas por apresentarem posições críticas a esses modelos, flutuavam, episodicamente, com seus apoios, porque a discussão de fundo que os movia estava muito mais centrada em torno da questão internacional relacionada com os conceitos de imperialismo e dominação.



pela CEPAL. Ela veio de outro ângulo: veio a ênfase posta na existência de relações *estruturais* e *globais* que unem as situações periféricas ao Centro. Os estudos sobre a dependência mostravam que os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam) se articulam no *interior* dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais. Existe pois uma *articulação estrutural* entre o Centro e a Periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do estado”.

O estágio para o qual se dirigiu o capitalismo mundial na década de 60 foi decisivo na inversão da lógica de desenvolvimento de base nacional autônoma. Fatores como uma nova divisão internacional do trabalho no âmbito do capitalismo monopolista<sup>13</sup> e a expansão organizativa das empresas multinacionais (na forma de conglomerados) imprimem na América Latina, e, por tabela, no Brasil, um novo padrão de industrialização, que passa a obedecer à lógica de imposição do Centro em relação à Periferia.<sup>14</sup> A crítica feita por Fernando Henrique Cardoso (1973, p. 124) conseguiu, de certo modo, demonstrar que “o desenvolvimento que ocorre é *capitalista* e que não pode desligar-se do processo de expansão do sistema capitalista internacional e das condições políticas em que este opera”.

<sup>13</sup> Luiz Pereira (1971, p. 11-14) faz uma síntese muito feliz sobre os “tipos ideais” de capitalismo, em suas três versões evolutivas: *capitalismo mercantilista*, *capitalismo concorrencial ou liberal* e *capitalismo monopolista ou neocapitalismo*, dando as principais características de cada modelo.

<sup>14</sup> Para um quadro teórico e metodológico da teoria da dependência, consultar CARDOSO, 1980, capítulo 2: “A dependência revisitada”; CARDOSO, 1973, capítulo 4: “Teoria da dependência” ou “Análises concretas de situações de dependência”.

Essas componentes ideológicas e pragmáticas que atingiram o projeto nacional de desenvolvimento econômico, mas não o inviabilizaram de todo, plasmaram-se em uma escolha política de condução técnica por meio do planejamento econômico, como forma de o Estado valer-se da sua condição de indutor do desenvolvimento.

### 3. Planejamento ou decisão centralizada: a via de ação do Estado

Por certo a área em que se demonstrou mais claramente a ideologia do Estado e seu compromisso com um projeto de desenvolvimento tenha sido aquela que concerne à sua atividade planejadora, enquanto forma de decisão política.

A possibilidade de coordenação dos esforços de desenvolvimento econômico pelo Estado teve a virtude, não só do ponto de vista da ideologia e do discurso político, mas na prática, de relacionar objetivos econômicos às determinações políticas. O entrelaçamento entre as esferas da política e da economia auxiliou no estreitamento da percepção e concreção das políticas por meio do plano econômico.<sup>15</sup> A grande discussão teórica calcou-se na pressuposição de que o planejamento era possível em sociedades capitalistas democráticas, como captado por Max Weber e acentuado por Karl Mannheim. O planejamento deixara de ser uma ideologia política e uma técnica de gestão administrativa das sociedades socialistas. (CARDOSO, 1973, p. 87)

No contexto do capitalismo avançado, em sua versão monopolista, tanto em sistemas centrais quanto periféricos, a intervenção do Estado na economia foi ocorrente. Nos países europeus que passaram pela etapa do Estado Social ou Estado Provi-

<sup>15</sup> Fernando Henrique Cardoso (1973, p. 91) diz: “A decisão de planejar é política, no sentido de que por intermédio da definição dos planos se alocam ‘valores’ e objetivos junto com os ‘recursos’ e se redefinem as formas pelas quais estes valores e objetivos são propostos e distribuídos”.

dência (*Welfare State*), essa intervenção ficou mais evidente. No caso dos Estados Unidos, a presença do Estado dividiu esse papel com a iniciativa privada, onde sua tarefa foi regulatória e coordenadora.

Luiz Pereira (1971, p. 14-15) esclarece que existem duas modalidades de planejamento (planificação) no capitalismo, que são distintas daquela técnica experimentada nos regimes socialistas (*planificação imperativa*). Diz ele que a diferença entre essas duas modalidades é de extensão e de intensidade. Na chamada *planificação indicativa*, há ausência de plano econômico estatal explícito e detalhado, onde a ação estatal é *indiretamente realizada* sobretudo pela manipulação dos instrumentos de política econômica estabilizadora como os dispositivos fiscais e monetários. Na *planificação flexível*, o Estado atua direta e indiretamente na economia. Diretamente, quando, sendo proprietário dos meios de produção, interfere no investimento público como regulador (política concorrencial) ou como produtor (via empresas estatais, por exemplo). Indiretamente age, nos moldes da planificação indicativa vista acima. O Brasil, de acordo com as suas etapas de desenvolvimento econômico, oscilou entre essas duas modalidades.

No entanto, a forma como o planejamento foi adotado no Brasil, dependendo de um misto de valores (objetivos políticos) a serem alcançados, tendo o Estado um papel central, procurou dar estabilidade política à modernização econômica. Celso Furtado, na mesma linha weberiana, mediada por Mannheim, concorda que a estabilidade decorre de um forte vínculo na estrutura burocrática, na qual o planejamento se apóia. A síntese apertada de Furtado (1964, p. 52): “Já hoje ninguém tem dúvida de que qualquer sociedade, ao nível da técnica atual, necessita apoiar-se em complexos aparelhos burocráticos para alcançar os objetivos do próprio desenvolvimento”.

Simon Schwartzman (1967, p. 2), lendo Furtado, criticamente faz a síntese:

“O autor nega que se possa esperar que a economia latinoamericana continue a se desenvolver espontaneamente depois de terminado o período de substituição de importações. Mostra que, a partir de certo ponto, o planejamento se tornará necessário, e que o planejamento não é uma tarefa meramente técnica, mas política, por introduzir alterações na distribuição da riqueza e do poder. Ainda que isto não esteja dito explicitamente, pareceria que ele recolhe de sua experiência pessoal a idéia de que a possibilidade de que mudanças políticas possam ser introduzidas pouco a pouco, sob a capa da racionalidade tecnocrática, não existe ou é ilusória. A solução estaria, conseqüentemente, em uma política de planejamento sustentada por ‘movimentos políticos de grande amplitude, capazes de alterar as bases atuais das estruturas de poder’, desenvolvidos por uma ‘mobilização das massas urbanas heterogêneas que estão ascendendo à consciência política e servindo de base aos que desafiam a estrutura tradicional de poder’”.<sup>16</sup>

Celso Furtado, ao discorrer sobre a coordenação das decisões econômicas, aponta que as decisões dos agentes econômicos podem ser descentralizadas (via mercado) ou centralizadas (via Estado). Mas, ainda que haja vantagens na descentralização, é indesmentível que certa centralização é necessária, como a questão do equilíbrio monetário, por exemplo. O próprio Furtado reforça: “nenhum sistema econômico

<sup>16</sup> Simon Schwartzman (1967, p. 2), em artigo onde analisa a obra de Celso Furtado, “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina”, ao buscar identificar a ideologia proposta pelo autor, afirma: “O conteúdo desta ideologia é proposto em termos muito gerais: ela deve ter como valor principal o desenvolvimento econômico, que beneficie a grande maioria da população, e ter na racionalidade da economia, conseguida através do planejamento, seu principal instrumento”.

lograria operar se, ao lado dos mecanismos automáticos de coordenação de decisões, não existisse um certo grau de centralização das decisões econômicas”.<sup>17</sup> Esse conjunto de decisões num dado sistema econômico nacional será chamado de ‘*política econômica*’ por Celso Furtado (1986, p. 266).

Chamarmos de “planejamento” ou de “decisões econômicas centralizadas” é, talvez, mera questão semântica. O certo é que o terceiro nível de decisão econômica, a expansão da capacidade de produção, levou o Estado a interferir de modo crescente na economia, modelando a política de industrialização como importante variável no processo de desenvolvimento. Esse era o valor (objetivo político) a ser perseguido por aqueles responsáveis por tomarem as decisões políticas e implementarem as ações técnicas decorrentes dos modelos de decisão.<sup>18</sup>

A convergência entre Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso parece estar relacionada ao fato de que a racionalidade formal, de matriz weberiana, é fundamental na definição do perfil do planejamento. Entretanto, essa racionalidade varia conforme os graus do comportamento político dos atores ou dos modelos de decisão.<sup>19</sup>

Diz Fernando Henrique Cardoso (1973, p. 84):

“Nesse contexto, o planejamento seria a ‘administração racional’, isto

---

<sup>17</sup> Nesse aspecto, Furtado (1986, p. 265) classifica a coordenação das decisões dos agentes econômicos em quatro níveis: “a) o nível da utilização dos bens que estão à disposição dos consumidores; b) o nível da utilização dos fatores que já se encontram incorporados ao processo de produção; c) o nível das iniciativas destinadas a aumentar a capacidade de produção; d) o nível do equilíbrio monetário”.

<sup>18</sup> Para definição de “modelo”, Cf. Celso Furtado (1986, p. 268).

<sup>19</sup> Simon Schwartzman (1967, p. 2) diz: “O conteúdo desta ideologia é proposto em termos muito gerais: ela deve ter como valor principal o desenvolvimento econômico, que beneficie a grande maioria da população, e ter na racionalidade da economia, conseguida através do planejamento, seu principal instrumento”.

é, o processo de distribuição dos recursos e dos meios tendo em vista *objetivos dados*. Mas, a fixação dos objetivos cairia no campo da decisão política e essa, por ser eminentemente criativa e por decorrer da imposição (embora legitimada) da vontade de uns grupos sobre os outros, de umas classes sobre as outras, estaria ligada à esfera não racionalizada da vida social, à terra de ninguém do campo da luta entre os grupos sociais, onde a zona de incerteza invade frequentemente a área das decisões tomadas racionalmente, segundo critérios previamente estabelecidos”.

O complemento vem em Celso Furtado (1986, p. 271):

“As reformas estruturais, que são um aspecto essencial da política econômica dos países subdesenvolvidos, constituem um tipo radical de política qualitativa, em cuja formulação os modelos de decisão que vimos de descrever são de alcance limitado.(...) As reformas surgem não como uma opção racional, e sim como o abandono de certas posições pelos grupos que controlam o sistema de poder, ou como uma modificação da relação de forças dos grupos que disputam o controle do sistema de poder”.

Se, por um lado, o planejamento estabeleceu as condições de preordenar valores transformando-os em objetivos políticos concretos que foram implantados, por outro, ocasionou o esvaziamento do sistema político representativo e eleitoral. Esse é um problema de legitimidade. Primeiro porque, numa primeira fase identificada com o Estado Novo, e tratando-se de uma ditadura, despiu-se a legitimidade que deveria ser obtida junto às classes sociais e políticas, com isso, se lhe retirou o próprio conteúdo da liberdade (política e econômica). O mesmo aconteceria no período de desenvolvimento orientado, do regime militar de pós-64. Segundo porque, em

qualquer fase do planejamento brasileiro, houve um desvirtuamento da burocratização (de tipo weberiano) que é patente nas estruturas estatais e suas ações. Se o próprio Weber percebeu os limites que a burocratização apresentava para as liberdades democráticas, o que dizer do processo de *tecnoburocratização*, na expressão de John Kenneth Galbraith, das decisões econômicas em detrimento das opções políticas. Isso, de certo modo, retirou a legitimidade da democracia liberal, reforçando ainda mais os traços autoritários do Estado brasileiro que conduziu suas razões à revelia das razões da sociedade civil. (CARDOSO, 1973, p. 94)

Com o golpe de 1964, instaura-se um regime autoritário no Brasil, em que a classe política, a par de continuar atuando no cenário institucional, perde a base de sua legitimidade soberana e constitucional. Solapou-se a democracia institucional, criando-se um simulacro de representação popular. Simplificando o argumento, trocou-se o teatro de costumes pelo teatro de marionetes.<sup>20</sup>

Nesse contexto político, os militares passaram a responder pelos destinos do país. A elite militar, que arquitetara a “revolução redentora” que salvou o Brasil do perigo comunista, é a nova classe dirigente e, em grande medida, quem fornece recursos humanos ao núcleo da burocracia do Estado, encarregada de pensar (e atuar) os rumos da nação, inclusive naquilo que se possa entender por um projeto de desenvolvimento orientado.

Esse padrão de elites, operadas durante as décadas de 60 e 70, foi caracterizado como sendo de “regimes de autocracia-

burocrática” (CARDOSO, 1973, p. 24), o que pode corresponder a um sinônimo de Guillermo O’Donnell (1986) (*Estados burocrático-autoritários*). Diz Cardoso (1973, p. 24): “em graus e sob formas variáveis, existe uma política repressiva e liberticida, mas, ao mesmo tempo, são feitos esforços ingentes para garantir o atendimento de metas econômicas de crescimento, e, às vezes, se sustentam até políticas socialmente integradoras”.

A ideologia desenvolvimentista, de certo modo, deslocou-se da política para o reles campo da tecnocracia: as questões políticas e suas decisões de implementação passaram a ser vistas como prioridades administrativas (técnicas) do momento presente, que precisavam ser solucionadas em nome da estabilidade, do crescimento, da segurança nacional, seja lá qual fosse o motivo que inspirava a *raison d’État*. Com isso, esvaziou-se o debate político que ficava projetado para um futuro adiado, quando não sujeitos aos sabores da condução populista dos sucessivos governos, como refere Miriam Cordeiro Limoeiro (1978).

Celso Furtado (apud ARBIX; ZILBOVICIUS; ABRAMOVAY, 2001, p. 21) aponta o autoritarismo político de 1964 em diante como um fator que “neutralizou por duas décadas todas as formas de resistência dos excluídos, exacerbou as tendências anti-sociais do nosso desenvolvimento mimético”. O projeto que visava uma “eficácia desenvolvimentista” (CARDOSO, 1973, p. 8) dos militares buscou legitimar-se em detrimento da democracia-liberal usurpada. Isso relativizou o valor absoluto da democracia. Como se o mero resultado utilitário fosse o indispensável. Talvez nesse ponto FHC e CF concordem com o valor da democracia. Não mero aparato economicista.

O nosso modelo político, historicamente, não favoreceu que se reproduzisse algo comparável aos níveis de democracia madura ocorrentes nos países industrializados, de formação capitalista central. Fernando Henrique Cardoso (1973, p. 5)

<sup>20</sup> O histórico de golpes de Estado ao longo das décadas de 60 e 70 nos países da América Latina foi prática comum. Incomum, todavia, é que o Brasil teve um regime autoritário sem que se fechasse o Congresso Nacional. Aparentemente inconciliável com o regime de exceção, Senado Federal e Câmara dos Deputados funcionaram durante todo o período, com eleições periodicamente realizadas, ainda que os casuísmos mudassem as regras do jogo sempre que as votações populares ameaçassem os ‘donos do poder’.

arrola as condições objetivas de um regime democrático que não são encontráveis na sua plenitude entre a nossa realidade. Por outro lado, o conflito social existente, que impediu o fluxo de democracia, decorria da dominação de classe. Com uma elite político-econômica (urbano-capitalista e rural-latifundiária) distanciada dos reais interesses nacionais, sem uma classe média massiva, além de um grande número de membros de uma classe “marginal”, os anseios democráticos e econômicos não se padronizam e se concretizam.

Para os teóricos clássicos que analisaram a realidade latino-americana, a democracia devia ser obtida pela conjugação de dois fatores: desenvolvimento econômico e legitimidade política como assinalou Seymour Lipset. No entanto, como observa Fernando Henrique Cardoso, os nossos regimes políticos se assentavam em modelos fora dessa lógica: democracia restrita, caudilhismo e populismo (seja militar ou civil).

Se a democracia é um caminho para o desenvolvimento, a organização política é um instrumento; no nosso caso, esse caminho tem estado bloqueado, precisando que, seguidamente, façamos desvios e desbloqueios. Isso comprova uma realidade democrática episódica. Para Cardoso (1973, p. 25):

“É óbvio que os regimes que se reclamam como democracias partidárias (embora também neles, como é quiçá ainda mais óbvio, se conheçam momentos repressivos) permitem maior grau de coalescência entre as metas econômicas e a preservação de áreas de crítica política e liberdade. Nos regimes burocrático-repressivos, o acento é nitidamente ‘economicista’, em detrimento da liberdade”.

Para Celso Furtado (2001, p. 24), a política de desenvolvimento devia levar em conta dois elementos, a saber: a crescente homogeneização de nossa sociedade e a possibilidade de abrir espaço à realização das potencialidades de nossa cultura.

Por óbvio que nesse contexto o planejamento econômico precisava aliar as reformas estruturais, de forma qualitativa, com responsividade política. Isso conduziu os planos de governo, como o Plano de Metas e o Plano Trienal, como exemplos entre outros, dentro da lógica que animava o próprio espírito do projeto desenvolvimentista. Por outro lado, a estruturação da burocracia do Poder Executivo para instrumentalizar medidas de alcance foram marcantes, na medida em que atrofiaram cada vez mais o Poder Legislativo, que operava a reboque da vontade presidencial, seja diante do clientelismo, seja diante das pressões das classes sociais que influíam diretamente a coordenação do processo de desenvolvimento.

Há que se repetir: o nosso planejamento foi político, conforme Fernando Henrique Cardoso (1973, p. 100), mas poderia ter funcionado de forma mais descentralizada, sem ter-se apegado tanto aos padrões da tecnocracia, mais ou menos acentuada.

#### 4. Considerações finais

Vimos que a ideologia desenvolvimentista articulada pelo Estado possibilitou a formulação, no Brasil, como espaço local periférico, dependente, de propostas políticas concretas pelas quais se tentou romper – e em certo sentido com êxito – uma situação de atraso e implementar-se uma política nacional de desenvolvimento.

Essa política foi iniciada entre nós durante o Estado Novo, que foi capaz de criar as condições econômicas, por meio de uma série de reformas legislativas de regulamentação que, continuadas no segundo governo de Getúlio Vargas e ampliadas no governo de JK, aceleraram a base de nosso desenvolvimento. Os governos militares pós-64 também estiveram vocacionados a uma política de Estado, que tinha a preocupação com o desenvolvimento econômico, porém com a permanente preocupação de se dotar o Estado de um aparato de segurança e repressão (ideologia da Segurança Nacional),

que possibilitasse uma fraca, reduzida ou nula resistência de seus opositores ou simulacro dessa, daqueles que ainda tinham alguma crença no Parlamento aleijado e no combalido sistema parlamentar.

Um novo modelo de Brasil, que é renovador perante os pródomos institucionais arcaicos e que, todavia, não se libertou, de todo, da sua condicionante histórica, carregada de significados conservadores, foi gradualmente incorporando uma nova significação no campo da política e da economia, articulando-se com a abertura à progressista participação democrática. Essa postura, em alguns períodos, talvez, tenha ficado em meio ao caminho entre o liberalismo desbragado e o socialismo arfante. Sem querer estabelecer rótulos ou classificações esdrúxulas, talvez a resposta sobre o teor do projeto de renovação estivesse numa postura de formação eclética dos dois pensadores nacionais. A sua síntese está em recolher o que há de mais avançado no campo da teoria social moderna, numa sólida construção metodológica e num engajamento militante de centro-esquerda, que agregou elementos tanto weberianos quanto marxistas para a compreensão e explicação das forças operantes no regime capitalista. A emancipação social e a redistribuição por meio de políticas públicas será o tom de seus objetivos teóricos e práticos, naquele momento em que as suas obras foram demarcatórias no campo da intelectualidade. Em Cardoso, isso fica claro na medida em que constrói bases sólidas para demonstrar o percurso da democracia (e às vezes, a falta dela) no nosso processo político. Furtado, teorizando sobre o desenvolvimento, não o divorcia das consequências intrínsecas de seu projeto de modernização, distribuição e inclusão, o que dilarga a sua nítida visão culturalista e histórica.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> "O debate sobre as opções com que nos deparamos exige uma reflexão serena e corajosa sobre a cultura brasileira. A ausência dessa reflexão é responsável pelo fato de que nos diagnósticos da situação presente e em nossos ensaios prospectivos nos

Diante dessa perspectiva, parece que o diálogo entre Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, para o objetivo que propusemos neste estudo, passou pela questão da importância do Estado em forjar uma ideologia nacional desenvolvimentista, como ideia de resgate político e dos valores inerentes que disso decorrem, mas proporcionando uma ação conjugada com a técnica do planejamento de modo a operar uma transformação econômica e social. Planejamento compreendido como instância decisionista e não meramente utilitária.

Assim, os tradicionais valores do Estado, enquanto "representação" e "mediação" do espaço público e coletivo, tenderam a ser reforçados. Isso serve como advertência para os dias de hoje, na fase do capitalismo global: será suficiente a substituição dos valores públicos pelos valores privados e individualistas do mercado?

Desse modo, se for positiva a resposta, corre-se o risco de que os valores tradicionais da liberdade e da justiça democrática pulverizem-se diante dos apelos técnico-econômicos. Mais ou menos naquilo que Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius (2001, p. 61) chamaram de a redução da sociedade à macroeconomia.

A diferença, no nosso entender, está na forma não de como o Estado foi capaz de ser hegemônico na condução do processo de desenvolvimento, ainda inacabado, mas como conduzir esse processo de forma democrática e participativa. A mesma opção vale para o mercado, que não se pode desprezar enquanto arena das trocas econômicas.

Atualmente, diante dos interesses econômicos dos países centrais e das condicionantes da economia internacional em detrimento das aspirações nacionais do Estado, pode-se dizer que a ideologia do desenvolvimento, calcada no projeto de modernização, está associada à ideologia da globalização.

contentamos com montagens conceituais sem raízes na nossa história". (FURTADO, 2001, p. 24)

A tarefa para reorientar as políticas do Estado nacional, em respeito ao princípio democrático e às autonomias locais, passa, necessariamente, por se repensar o modelo de desenvolvimento que os países periféricos precisam e querem.

Mas essa construção se dá pelo embriamento da política e da economia, em que cada uma dessas ciências tem tarefa ímpar a cumprir. Ambas são importantes, mas não se pode negar o protagonismo da obra política, que deve nortear os esforços da mudança, aduzindo um novo e renovado espírito ao nosso desenvolvimento, capaz de agregar o que há de mais genuíno na nossa cultura, com olhos sempre renovados nas experiências da nossa História, e alimentar-se de valores democráticos e participativos, inspirando a classe dirigente na formulação de ideias e conceitos modernos no alcance da inclusão e do bem-estar da coletividade.

Aliás, a esse desiderato, vale a crença renovada de Celso Furtado (2001, p. 23) nos valores da política:

“Somente a criatividade política impulsada pela vontade coletiva poderá produzir a superação desse impasse. Ora, essa vontade coletiva requer um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação”.

### Referências

ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Unesp - Edusp, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Sandra Vasconcelos (Trad.). Petrópolis: Vozes, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. *Cadernos CEBRAP*. n. 33. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1973.

\_\_\_\_\_. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

\_\_\_\_\_; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de interpretação sociológica. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento no Brasil*: JK-JQ. Paz e Terra, 1978.

COLISTETE, Renato Perim. *A força das idéias: a Cepal e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50*. In: SZMRECSÁYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ ABPHE/EdUSP/Imprensa Oficial, 2002.

CORSI, Francisco Luiz. *Política econômica e nacionalismo no estado novo*. In: SZMRECSÁYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ ABPHE/EdUSP/Imprensa Oficial, 2002.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Nacionalismo e economia: o segundo governo Vargas*. In: SZMRECSÁYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ ABPHE/EdUSP/Imprensa Oficial, 2002.

FISHLOW, Albert. *Desenvolvimento no Brasil e na América Latina*. Uma perspectiva histórica. Cláudio Weber Abramo (Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2 ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a crise brasileira*. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Unesp- Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 9 ed. São Paulo: Nacional, 1986.

GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GUIMARÃES, Juarez. *A trajetória intelectual de Celso Furtado*. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

HUNTINGTON, Samuel. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

NABUCO, Maria Regina. Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITER, Phillippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Orgs.). *Transitions from authoritarian rule: prospects for democracy*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1986.

PEREIRA, Luiz. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971.

SCHWARTZMAN, Simon. Subdesarrollo, revolución y ideología. *Revista Latinoamericana de Sociología*. n.1. Buenos Aires, 1967.

SZMRECSÁYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/EdUSP/Imprensa Oficial, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.